



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Diretoria de Administração e Planejamento
Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista - RR, CEP 69.303-340 , Sem Telefones cadastrados
www.ifrr.edu.br

Anexo do Edital

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº **23229.000437.2020-26**

Aquisição equipamentos eletrônicos digitais que possibilitem acesso à plataforma virtual de aprendizagem e realização das atividades acadêmicas pelos alunos, em função da situação de excepcionalidade da Pandemia do Coronavírus, com o objetivo de doar aos alunos matriculados no IFRR/*Campus* Boa Vista e Campus Zona Oeste , PREFERENCIALMENTE, OS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS,

Boa Vista, 3 de novembro de 2020

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
13/08/2020	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Tatiane Cristina de Jesus
14/08/2020	2.0	Revisão do documento pelo Coordenador de Tecnologia da Informação	Anderson Correa de Oliveira
17/08/2020	3.0	Revisão do documento pelo Integrante Técnico da Coordenador de Tecnologia da Informação	Nadson Ruth Costa
03/11/2020	4.0	Revisão do documento pela equipe de planejamento e do Coordenador de Tecnologia da Informação	Noara Milene, Ananias Noronha, Nadson Ruth Costa

Sumário

<u>1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....</u>	<u>4</u>
<u>2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC.....</u>	<u>4</u>
<u>2.1 Bens e serviços que compõem a solução.....</u>	<u>4</u>
<u>3 - JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO.....</u>	<u>4</u>
<u>3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação.....</u>	<u>4</u>
<u>3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais.....</u>	<u>5</u>
<u>3.3. Estimativa da demanda.....</u>	<u>5</u>
<u>3.4. Parcelamento da Solução de TIC.....</u>	<u>5</u>
<u>3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados.....</u>	<u>6</u>
<u>4 - ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....</u>	<u>6</u>
<u>4.1. Requisitos de Negócio.....</u>	<u>6</u>
<u>4.2. Requisitos de Capacitação.....</u>	<u>6</u>

4.3. Requisitos Legais.....	6
4.4. Requisitos de Manutenção.....	6
4.5. Requisitos Temporais.....	7
4.6. Requisitos de Segurança.....	7
4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais.....	7
4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica.....	7
4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação.....	7
4.10. Requisitos de Implantação.....	7
4.11. Requisitos de Garantia.....	7
4.12. Requisitos de Experiência Profissional.....	7
4.13. Requisitos de Formação da Equipe.....	8
4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho.....	8
4.15. Requisitos de Segurança da Informação.....	8
4.16. Outros Requisitos Aplicáveis.....	9
5 – RESPONSABILIDADES.....	9
5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE.....	9
5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA.....	9
5.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços.....	10
6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	10
6.1. Rotinas de Execução.....	11
6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle.....	11
6.3. Mecanismos formais de comunicação.....	11
6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança.....	11
7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	11
7.1. Critérios de Aceitação.....	12
7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção.....	12
7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos.....	12
7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento.....	13
7.5. Do Pagamento.....	15
8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO.....	16
9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	16
10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.....	16
11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS (quando aplicável).....	17
12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	17
12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação.....	17
12.2 Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência.....	18
12.3 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação.....	18
13 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO.....	19

TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO
Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS (COMPRA DE *TABLETES* E *NOTEBOOKS*) para os estudantes regularmente matriculados no IFRR/*Campus* Boa Vista, PREFERENCIALMENTE, OS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS, a fim de possibilitar o acesso remoto aos conteúdos educacionais ministrados pelos docentes do IFRR/CBV em virtude da necessidade de distanciamento social imposto pela pandemia do COVID-19.

Os equipamentos serão adquiridos como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme dispõe a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1 Aquisição equipamentos eletrônicos digitais que possibilitem acesso à plataforma virtual de aprendizagem e realização das atividades acadêmicas pelos alunos, em função da situação de excepcionalidade da pandemia do coronavírus, com o objetivo de doar aos alunos matriculados no IFRR/*Campus* Boa Vista e Campus Zona Oeste, PREFERENCIALMENTE, OS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS,

2.1.1 Bens e serviços que compõem a solução

Órgão Gerenciador: Campus Boa Vista – UG: 158350							
Item	Descrição	Catmat	Unidade	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unit. (média) (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Tablet, tela: igual ou superior a 10 pol, memória ram: até 4 gb, armazenamento interno: 16 gb, armazenamento externo: até 32 gb, processador: quad core, câmera frontal: até 8 mpx, câmera traseira: até 8 mpx, conectividade: wifi , 3g , 4g , bluetooth, sistema operacional: open source ou proprietário.	451876	Unidade	508	808	959,86	775.566,88
2	Notebook, tela: mínimo 14 pol, interatividade da tela: sem	453966	Unidade	23	50	4.880,48	244.024,00

	interatividade, memória ram: igual ou superior a 4 gb, núcleos por processador: até 4, armazenamento hdd: acima de 512Gb, armazenamento ssd: sem disco ssd, bateria: até 4 células, alimentação: bivolt automática, sistema operacional: proprietário, garantia : padrão do fornecedor (mínimo 1 ano).						
3	Teclado Bluetooth sem fio padrão ABNT	150980	Unidade	508	808	245,34	198.234,72
Custo Total							1.217.825,60

Órgão Participante: Campus Zona Oeste – UG: 158352							
Item	Descrição	Catmat	Unidade	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unit. (média) (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Tablet, tela: igual ou superior a 10 pol, memória ram: até 4 gb, armazenamento interno: 16 gb, armazenamento externo: até 32 gb, processador: quad core, câmera frontal: até 8 mpx, câmera traseira: até 8 mpx, conectividade: wi-fi , 3g , 4g , bluetooth, sistema operacional: open source ou proprietário.	451876	Unidade	01	08	959,86	7.678,88

Em relação aos quantitativos pretendidos na contratação constam justificados no item 2.2 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação.

3 - JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

Considerando que devido a situação de calamidade pública devido a pandemia do Coronavírus não foi possível a execução das ações que estão previstas nos itens II e III, previstas no Art. 3º, definidas nas linhas de ação de assistência estudantil pelo PNAES, resultando assim na não execução dos créditos da ação Assistência ao Estudante e, conseqüentemente, no replanejamento para a ação V de inclusão digital, prevista no Art. 3º, definidas nas linhas de ação de assistência estudantil pelo PNAES.

Interessante mencionar que a medida de doação de tablets e a oferta de material didático digital e pacote de dados a estudantes da rede pública e privada, tanto da educação básica como do ensino superior, já é

medida de Projeto de Lei nº 3.853 no Congresso Nacional e a proposta é de que a União será responsável pela doação dos tablets e, também pela oferta de todo material didático em meio digital para acompanhamento das matérias, além de um chip com o aparelho com pacote básico de dados de no mínimo dois gigabytes por mês. Importante deixar claro que a proposta é de que a configuração do tablet deverá ser suficiente para acompanhar as atividades curriculares por meio de vídeo aulas e teleconferências.

A compra de bens com a finalidade de doação é possível de ser realizada como prever o Manual Técnico do Orçamento 2020, no grupo de natureza de despesa: Outras Despesas Correntes e Elemento de Despesa 32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, conforme expõe o item 4.6.2.1.4 do Manual:

32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Despesas orçamentárias com aquisição de materiais, **bens** ou serviços para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais, bens ou serviços que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

(MTO/2020, <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2020:cap4>)

A classificação por elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, e para melhor identificar esses objetos tem-se o desdobramento em subitem. Considerando a pretensa aquisição deverá ser utilizando o seguinte:

05- Mercadorias para Doação

Registra o valor das apropriações das despesas com produtos adquiridos com a finalidade de doação.

(SIAFI,2020)

Também aqui destacamos que a compra dos itens como investimento não permitiria a doação uma vez que o Art. 8º do Decreto 9.373 de 11 de maio de 2018 somente permite a doação dos bens inservíveis, conforme dispõe:

Na hipótese de se tratar de bem móvel inservível, a doação prevista na [alínea "a" do inciso II do caput do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação, poderá ser feita em favor: [\(Redação dada pelo Decreto nº 13.340, de 2020\)](#)

Analisando o teor do Decreto 9.373 percebe-se que todos os atos que envolvem o processo de alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional devem estar pautados pelo princípio da impessoalidade, e que esse princípio estaria sendo violado se adotássemos a aquisição no grupo de natureza de despesa: Investimentos, para posterior destinação como doação a beneficiários certos.

Outra alternativa, seria a aquisição por outra ação orçamentária, como Funcionamento das Instituições Federais de Ensino e na GND de investimento, caso houvesse disponibilidade orçamentária e, posteriormente o órgão realizasse o comodato ao alunos. No entanto, essa medida teria como problema o controle pelo órgãos dos aparelhos que estariam sob seu patrimônio e, também as avarias que poderiam sofrer pois estariam sobre a responsabilidade de menores de idades na maioria dos casos.

Resumidamente, podemos dizer que os gastos que deveriam ser utilizados para pagamento de alimentação e auxílio transportes aos alunos serão redirecionados para as compras dos equipamentos. Sendo que, nem na previsão anterior seria obtidos produtos físicos para o IFRR e, sim, somente a prestação de assistência aos alunos. Logo, considera-se válida a presente contratação com o objetivo de adquirir bens de TECNOLOGIAS ASSISTIVAS que também propiciará aos alunos uma assistência, de forma digital, para que possam continuar executando suas atividades acadêmicas nesse período de pandemia e/ou até a finalização de suas disciplinas.

Assim, considerando tratar de créditos de ação orçamentária que teria como função social a assistência ao alunos, seja na forma de pagamento diretos de auxílios e/ou na prestação de serviços, justifica-se a aquisição de TECNOLOGIAS ASSISTIVAS (COMPRA DE TABLETES E NOTEBOOKS) para os estudantes regularmente matriculados no IFRR/Campus Boa Vista, PREFERENCIALMENTE, OS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS, a fim de possibilitar o acesso remoto aos conteúdos educacionais ministrados pelos docentes do IFRR/CBV em virtude da necessidade de distanciamento social imposto pela pandemia do COVID-19.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

A contratação ora posta, embora não prevista nos instrumentos de planejamento dos campi Boa Vista e Zona Oeste por se tratar de caso emergencial, se alinha a missão institucional e as meta do Plano de Desenvolvimento Institucional, sendo:

Eixo das Políticas Acadêmicas e de Inovação, **Dimensão Ensino-** Macroprocesso 2: Gestão do Ensino; Macroprocesso 3: Gestão da Permanência e do Êxito.

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
1	Objetivo Estratégico: Fortalecer a qualidade do ensino.
2	Fortalecer as ações da pesquisa aplicada, da pós-graduação e da inovação em prol do desenvolvimento social, cultural, econômico e científico da Região Norte.
3	Ampliar e fortalecer as ações de extensão do IFRR em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, para a solução de questões regionais.

ALINHAMENTO AO PDTIC			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
-	-	-	-

*Não há PDTIC vigente no âmbito do IFRR, uma vez que o último PDTIC vigorou de 2017 a 2018.

ALINHAMENTO AO PAC 2020	
Item	Descrição
1	A contratação ora posta não foi prevista nos instrumentos de planejamento dos campi Boa Vista e Zona Oeste, por se tratar de caso emergencial.

3.3. Estimativa da demanda

Item	Descrição	Catmat	Unidade	Quant. Mínima	Quant. Máxima
1	Tablet, tela: igual ou superior a 10 pol, memória ram: até 4 gb, armazenamento interno: 16 gb, armazenamento externo: até 32 gb, processador: quad core, câmera frontal: até 8 mpx, câmera traseira: até 8 mpx, conectividade: wifi , 3g , 4g , bluetooth, sistema operacional:	451876	Unidade	508	816

	open source ou proprietário.				
2	Notebook, tela: mínimo 14 pol, interatividade da tela: sem interatividade, memória ram: igual ou superior a 4 gb, núcleos por processador: até 4, armazenamento hdd: acima de 512Gb, armazenamento ssd: sem disco ssd, bateria: até 4 células, alimentação: bivolt automática, sistema operacional: proprietário, garantia : padrão do fornecedor (mínimo 1 ano).	453966	Unidade	23	50
3	Teclado Bluetooth sem fio padrão ABNT	150980	Unidade	508	808

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

Neste caso, a contratação é única e indivisível, envolvendo a aquisição de equipamentos de TI para atendimento de alunos, não sendo viável o seu parcelamento.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- Possibilitar a qualidade da utilização dos recursos tecnológicos pelos alunos, no período da pandemia do coronavírus;
 - minimizar situações segregadoras e/ou excludentes no campo educacional, manter o acesso, permanência e êxito;
 - garantir a oferta dos componentes curriculares aos estudantes do *Campus* Boa Vista por meio do Ensino Remoto Emergencial atualmente adotado pelos docentes, situação que será viabilizada por meio do Apoio à Inclusão Digital, conforme previsto na Resolução n.º 486-CONSELHO SUPERIOR, de 14 de janeiro de 2020.
 - viabilizar a aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades das propostas pedagógicas dos cursos, além de serem expressões do direito educacional que dentre outros, se amparam nos seguintes dispositivos legais:
1. No Art. 20A da **Constituição Federal de 1988** que afirma que a educação é dever do Estado e da família (Art. 205, caput), tendo como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. 206, I); No **Art. 6º** dessa Carta Magna que sustenta a educação no rol dos **Direitos Sociais**;
 2. Na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996) que ampara princípios da assistência estudantil no instante em que o Artigo 2º e 3º versam respectivamente que:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, **tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da cidadania e **sua qualificação para o trabalho**” (grifos nossos);

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 X – **valorização da experiência extra-escolar** (Grifos nossos);

4 - ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

O objeto a ser contratado deverá contemplar os requisitos necessários ao atendimento da demanda, sem prejuízo das especificações técnicas abaixo:

4.1.1 Considerando as condições usuais de fornecimento de energia elétrica no Brasil, no que trata à tensão de entrada, serão considerados atendidas por qualquer valor entre 100 e 127V, inclusive, as exigências de 110 e 115V; analogamente, serão consideradas atendidas por qualquer valor entre 200 e 220V, inclusive, as exigências de 220V;

4.1.2 Para as aquisições realizadas pelo IFRR/MEC, com a finalidade de facilitar a identificação dos equipamentos nos processos de vistorias e acompanhamento das etapas de execução e pós-execução do contrato, os *Tablets Educacionais* devem ter:

- Gravados, preferencialmente na cor verde (padrão bandeira do Brasil) ou outra indicada pelo IFRR, em suas partes frontais ou superiores, os seguintes dizeres: IFRR-SETEC-MEC - Pregão: IFRR __/2020.
- A gravação será mediante processo serigráfico ou equivalente, utilizando-se tinta eletrostática ou qualquer outra tecnologia/solução que evite o desgaste prematuro da gravação e aumente sua resistência à remoção por abrasivos e/ou raspagem, não sendo aceita a utilização de etiquetas adesivas;
- Os equipamentos destinados aos testes de aderência (amostras) não necessitam desta gravação;
- A CONTRATADA deverá fornecer, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, amostra do equipamento contendo a gravação dos dizeres. A amostra deverá ser aprovada pela IFRR em até 10 (dez) dias após o seu recebimento;

4.1.3 Todos os softwares/utilitários embarcados no *Tablet Educacional* devem estar em Português do Brasil e com seus licenciamentos e atualizações, quando for o caso, cobertos plenamente pelos custos apresentados na proposta da CONTRATADA;

4.1.4 Todos os *drivers* e softwares que forem necessários ao funcionamento do hardware deverão ser cotados levando-se em conta, quando for o caso, o seu respectivo licenciamento.

4.1.5 Especificações Técnicas

ITEM 1 - TABLET EDUCACIONAL	
tela: igual ou superior a 10 pol	exigido
memória ram: mínimo de 2 até 4 gb	exigido
armazenamento interno: 16 gb	exigido
armazenamento externo: até 32 gb	exigido
processador: quad core ou superior	exigido
câmera frontal: até 8 mpx	exigido
câmera traseira: até 8 mpx	exigido
conectividade: wi-fi, 3g , 4g , bluetooth,	exigido
sistema operacional: open source ou proprietário	exigido
Garantia de no mínimo 12 (doze) meses	exigido

ITEM 2 - Notebook	
PLACA PRINCIPAL	
Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O;	Exigido
Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior. Serão aceitas as	Exigido

formas de implementação do TPM: discreta, integrada e de firmware.	
BIOS	
Tipo flash EPROM, atualizável por software, compatível com o padrão <i>plug-and-play</i> , sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento;	Exigido
Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;	Exigido
Suportar <i>Boot</i> por dispositivos USB e por rede;	Exigido
Permitir a inserção de código de identificação do equipamento na própria BIOS (número do patrimônio e número de série);	Exigido
Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para os equipamentos e constantes na mídia de <i>drivers</i> e aplicativos que deverá vir com os equipamentos, podendo ser disponibilizado também via <i>download</i> no sítio do fabricante do equipamento;	Exigido
PROCESSADOR	
64 bits, compatível com x86, com extensões de virtualização;	Exigido
Quantidade mínima de núcleos reais	4
Quantidade mínima de Threads	6
Pontuação mínima de desempenho no benchmark PCMark 10 Express - Pontuação Total (Overall Score)	3600
Suporte ao gerenciamento remoto com base nas especificações DASH (<i>Desktop and Mobile Architecture for system Hardware</i>) 1.2 ou superior.	Exigido
O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento. O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante e ter sido lançado a partir de janeiro de 2018, inclusive. Não serão aceitos processadores descontinuados.	Exigido
MEMÓRIA RAM	
Barramento DDR4-2666 MHz ou superior;	Exigido
Deverá ter capacidade instalada de no mínimo	4 GB
INTERFACES DE REDE	
Controladora de rede de interface RJ-45 compatível com os padrões <i>Ethernet</i> , <i>Fast-Ethernet</i> e <i>Gigabit Ethernet</i> (10/100/1000), <i>autosense</i> , <i>full-duplex</i> e <i>plug-and-play</i> , configurável totalmente por <i>software</i> e com função <i>wake-on-lan</i> ;	Exigido
Controladora integrada de rede wireless b/g/n/ac (pelo menos);	Exigido
Bluetooth 4.0 ou superior;	Exigido
Não será aceita solução USB para as interfaces de conectividade.	Exigido
INTERFACES DE ÁUDIO	
Controladora de áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits, <i>full duplex</i> , com conectores para <i>mic-in</i> e <i>line-out</i> , sendo aceito conector do tipo combo (headset);	Exigido
Não será aceita solução USB para interfaces de áudio.	Exigido
INTERFACES DE GRÁFICOS	
Controladora de vídeo	Integrada
Suporte à resolução de 1920x1080 ou superior, com profundidade de cores de 32 bits de forma independente (imagens diferentes em cada monitor), com taxa de atualização mínima de 60 Hz e padrão <i>plug-and-play</i> ;	Exigido
Driver de vídeo compatível com WDDM (<i>Windows Display Driver Model</i>);	Exigido
Com suporte à API Microsoft DirectX 12 ou superior;	Exigido
CONEXÕES	
Mínimo de 3 (três) portas USB e pelo menos 1 (uma) sendo USB 3.1 Tipo C e duas portas USB 3.0 Tipo A ou superior;	Exigido
HDMI ou USB tipo C com suporte ao Display Port;	Exigido
Conexão de áudio descrita no item 7;	Exigido
Conexão de rede descrita no item 6;	Exigido
UNIDADES DE ARMAZENAMENTO	
Armazenamento HDD	acima de 512 GB

Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (<i>Solid State Drive</i>) interna, com tecnologia MLC ou TLC.	sem disco SSD
Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000 MB/s para leitura e 1.000 MB/s para escrita.	sem disco SSD
Capacidade nominal de armazenamento SSD: (mínimo)	sem disco SSD
FONTE DE ALIMENTAÇÃO E BATERIA	
A fonte deverá aceitar tensões de 110/220 Volts, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração permitida pela placa mãe, possuindo potência de 90 Watts ou menos;	Exigido
A bateria deverá ter capacidade de carga de pelo menos 40Wh.	Exigido
DIMENSÕES	
Tela (dimensão mínima)	14” Polegadas
Peso máximo inclusos o disco rígido e a bateria principal (sem contar acessórios).	1.7 kg
SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO	
Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo “kensington” ou “noble wedge”;	Exigido
Deve ser fornecido cabo com trava de segurança compatível, que não conflite, em termos de espaço, com os conectores das interfaces adjacentes;	Exigido
Deve ser acompanhado de maleta para transporte, que comporte o equipamento, acessórios e fonte de alimentação.	Exigido
TECLADO	
Padrão ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive “ç.”.	Exigido
A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.	Exigido
Teclado retro-iluminado, alfanumérico com 12 teclas de função.	Exigido
Teclado deverá ser resistente ao derramamento de líquidos	Exigido
TOUCHPAD	
Dispositivo apontador do tipo touchpad, multi-touch, com dois botões além de função de rolagem;	Exigido
MOUSE EXTERNO	
Mouse óptico com 03 (três) botões (incluindo <i>scroll</i> de rolagem), com formato ergonômico e conformação ambidestra;	Exigido
Tecnologia LED, <i>Laser</i> ou <i>Glass laser (glaser)</i> ;	Exigido
Resolução mínima de 800 dpi;	Exigido
Interface USB.	Exigido
KIT DE ÁUDIO E VÍDEO	
Deverá ser fornecido 01 (um) Kit de áudio composto por no mínimo 01 Controladora de som onboard e 02 Alto-falantes e 01 Microfone por notebook.	Exigido
A controladora de som deverá ser onboard, contendo 01 (uma) saída amplificada para canais estéreos e 01 (uma) entrada para microfone ou combo de áudio única saída).	Exigido
Os Alto falantes deverão estar integrados ao gabinete do notebook com amplificador de sinal.	Exigido
O Microfone deverá estar integrado ao gabinete do notebook	Exigido
Deverá ser fornecido 01 (uma) Webcam integrada ao gabinete do notebook	Exigido
A Webcam deverá possuir resolução mínima 0.92 Megapixel (720p)	Exigido
CERTIFICAÇÕES E COMPATIBILIDADE	
Deverá vir acompanhando a proposta, cópia do atestado de conformidade, para o equipamento, emitido por um órgão credenciado INMETRO ou Documento internacional similar, comprovando que o equipamento está em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment);	Exigido
Deverá possuir atestado de conformidade EPEAT em qualquer nível; ou, alternativamente à comprovação de conformidade com certificado EPEAT, apresentação da certificação ISO 14001;	Exigido
Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc)	

que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances RoHS (IN nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);	Exigido
Deverá vir acompanhado de certificado de compatibilidade com o sistema operacional Windows 10	Exigido
Em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fabricante do equipamento ofertado se responsabiliza pelo mecanismo de logística reversa. Será apresentada carta do fabricante do equipamento ofertado responsabilizando-se, pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos sólidos.	Exigido
SISTEMA OPERACIONAL	
Deverá ser fornecida licença do Sistema Operacional Microsoft Windows 10, versão Professional 64 bits, com build atualizada à ocasião da entrega, em modalidade OEM, pré- instalada na imagem oferecida pela CONTRATANTE, acompanhada de todos os drivers de dispositivos do equipamento fornecido;	Exigido
GARANTIA	
A bateria deverá possuir uma garantia técnica de no mínimo 12 meses; O período de Garantia Técnica, deve ter o mínimo de 12 (doze) meses pelo fornecedor;	Exigido

ITEM 3	
Teclado Bluetooth sem fio padrão ABNT	exigido
Garantia de no mínimo 12 (doze) meses	exigido

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1 Não haverá necessidade de capacitação, no entanto o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português ou em inglês, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.3. Requisitos Legais

4.3.1 O termo de referência e suas especificações técnicas são elaborados para atender aos seguintes regramentos: Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993; Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010; Instrução Normativa SLTI nº 02, de 11 de outubro de 2010; e Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019; e ainda em consonância com a Estratégia Geral de TI da SGD/ME.

4.3.2 A contratação do objeto deste certame visa satisfazer às necessidades específicas de negócio da CONTRATANTE, mediante aquisição de equipamentos de TI , conforme legislações supracitada.

4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1 Sobre a Garantia

4.4.1.1 Para a solução envolvida na contratação, a CONTRATADA deverá prestar garantia de funcionamento dos equipamentos durante o período de 12 **(doze) meses**, contados a partir da entrega dos mesmos.

4.4.1.2 Prazo de Garantia de Funcionamento é o período em meses, dentro do qual, nas condições registradas na Proposta Técnica e constantes do respectivo Termo de Garantia, a CONTRATADA compromete-se em manter os equipamentos por ela fornecidos em perfeito funcionamento, configurados da forma especificada e nas condições e configurações constantes deste Termo de Referência.

4.4.1.2.1 As peças que apresentarem vícios no período de vigência da garantia devem ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

4.4.1.3 Durante o prazo de garantia de funcionamento, a contratada prestará serviços de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças e originais, com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem ônus adicionais para o IFRR;

4.4.1.4 A prestação desta garantia deverá seguir as seguintes condições:

- a. Os custos de transporte do(s) equipamento(s) para execução da garantia, nos primeiros 12 (doze) meses, correrão por conta da CONTRATADA. O prazo será contado a partir da data constante do comprovante de entrega dos equipamentos.
- b. Os custos de transporte a que se refere o item anterior devem contemplar o envio para a assistência técnica a partir da unidade educacional (ponto de entrega), bem como o retorno até a mesma após o reparo ou substituição do equipamento;
- c. Os chamados deverão ser resolvidos em até 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à abertura do chamado. Findo o prazo sem que a solução do problema seja solucionada, deverá a contratada disponibilizar equipamento de especificação igual ou superior a título de backup, não ultrapassando o prazo máximo de 30 (trinta) dias;

4.4.1.5 Deverá ser disponibilizado ao IFRR, o serviço de atendimento a clientes, visando abrir chamados e acionar a assistência técnica, funcionando em horário comercial, através de telefone, emails, podendo a empresa disponibilizar abertura de chamados pela internet;

4.4.1.6 Deverá ser fornecido (manuais, termos de garantia, etc), em português, caso exista, necessários à instalação e a operação dos equipamentos;

4.4.1.7 A CONTRATADA deverá, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, assinar um termo de responsabilidade pela garantia dos equipamentos, independente da garantia do fabricante.

4.4.1.8 Os serviços deverão ocorrer de acordo com instruções a serem dadas pela Coordenação de Tecnologia da Informação ou por servidor designado para esse fim. A realização dos serviços previstos será acompanhada por profissional designado pela CTI;

4.4.1.9 Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem amassados, arranhões ou outros problemas físicos;

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. A entrega dos equipamentos deverá ser iniciada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

4.6. Requisitos de Segurança

4.6.1 Não são aplicáveis uma vez que trata de aquisição de equipamentos de TI, sendo desnecessário relacionar requisitos de segurança de informação para a contratação.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1 Serão analisados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
 - d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.7.2 A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Termo de Referência.
- 4.7.3 Antes da emissão da nota de empenho, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências

do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.

a) Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.8.1 Não são aplicáveis uma vez que trata de aquisição de equipamentos de TI, sendo desnecessário o desenvolvimento de arquitetura tecnológica na aquisição.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1. Não são aplicáveis uma vez que a natureza do contrato é de prestação de serviço de disponibilização de plataforma de biblioteca virtual para usuários previamente cadastrados, de acordo com o quantitativo de assinaturas contratadas.

4.10. Requisitos de Implantação

4.10.1. A entrega dos equipamentos deverá ser iniciada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

4.11. Requisitos de Garantia

4.11.1 Não haverá a prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1 Não são aplicáveis uma vez que trata de aquisição de equipamentos de TI, sendo desnecessário a comprovação de experiência profissional.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1 Não são aplicáveis uma vez que trata de aquisição de equipamentos de TI, sendo desnecessário a formação de equipe.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1 Não são aplicáveis uma vez que trata de aquisição de equipamentos de TI, sendo desnecessário a aplicação de metodologia de trabalho.

4.15. Requisitos de Segurança da Informação

4.15.1 Não são aplicáveis uma vez que trata de aquisição de equipamentos de TI, sendo desnecessário relacionar requisitos de segurança de informação para a contratação.

4.16. Outros Requisitos Aplicáveis

4.16.1 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5 - RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

a. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

b. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

- c. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- e. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- f. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- g. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- h. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- i. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;
- j. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- l. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- m. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- n. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo;

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- a. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- e. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- h. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- i. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- j. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

k. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

l. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

m. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

n. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

o. A CONTRATADA deverá, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, assinar um termo de responsabilidade pela garantia dos equipamentos, independente da garantia do fabricante.

5.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços

a. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

b. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

c. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

d. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e

3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica;

e. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013)

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

6.1.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, em remessa *única*, nos seguintes endereços:

- Campus Boa Vista: Av. Glaycon de Paiva, n.º 2496, Bairro: Pricumã, no setor do Almoxarifado do IFRR/Campus Boa Vista, de 08:30 às 11:30 e 14:30 às 17:30 horas.
- Campus Zona Oeste: Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976 Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), de 08:30 às 11:30 e 14:30 às 17:30 horas. e-mail: gabinete.cbvzo@ifrr.edu.br / dap.cbvzo@ifrr.edu.br

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

Item	Descrição	Quant. Mínima
------	-----------	---------------

1	Tablet, tela: igual ou superior a 10 pol, memória ram: até 4 gb, armazenamento interno: 16 gb, armazenamento externo: até 32 gb, processador: quad core, câmera frontal: até 8 mpx, câmera traseira: até 8 mpx, conectividade: wifi , 3g , 4g , bluetooth, sistema operacional: open source ou proprietário.	509
2	Notebook, tela: mínimo 14 pol, interatividade da tela: sem interatividade, memória ram: igual ou superior a 4 gb, núcleos por processador: até 4, armazenamento hdd: acima de 512Gb, armazenamento ssd: sem disco ssd, bateria: até 4 células, alimentação: bivolt automática, sistema operacional: proprietário, garantia : padrão do fornecedor (mínimo 1 ano).	23
3	Teclado Bluetooth sem fio padrão ABNT	508

6.3. Mecanismos formais de comunicação

6.3.1. A comunicação entre a contratante e a contratada será realizada, de preferência, por meio de comunicação escrita, seja através de mensagens eletrônicas e/ou por documentos oficiais utilizados por ambas as partes.

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

7.3.1 Não se aplica. A aquisição não necessita de preenchimento de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critérios de Aceitação

7.1.1 Após a entrega por parte da CONTRATADA, considerando a conformidade dos equipamentos ofertados às especificações contidas neste Termo de Referência e anexos, deverá ser elaborado o Termo de Recebimento Provisório, conforme ANEXO I – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, a ser assinado por representantes designados pela CONTRATADA. Neste momento será acordado entre as partes o período para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme ANEXO II – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

7.1.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.1.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.1.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.3.1 Não se aplica, pois trata de aquisição de equipamentos de TI de uso comum.

7.3 Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.3.1 Não se aplica. Os pagamentos serão efetuados em 1 (uma) única parcela, mediante apresentação da documentação fiscal técnica.

7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.4.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

- 7.4.1.1 cometer fraude fiscal;
- 7.4.1.2 comportar-se de modo inidôneo;
- 7.4.1.3 falhar ou fraudar na execução do Termo de Referência;
- 7.4.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.4.1.5 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.4.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TR, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 7.4.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 7.4.2.2 multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 7.4.2.3 multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total do objeto;
- 7.4.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 7.4.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.4.2.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.4.3 As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.4.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.4.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.5.1 Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.

7.4.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da

conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.4.13 Sanções e glosas autorizada para infrações cometidas pela Contratada.

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não apresentar manuais, termos de garantia, etc, em português, caso exista, necessários à instalação e a operação dos equipamentos;	Glosa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite até o limite de 30 (trinta) dias.
2	Não prestar garantia de funcionamento dos equipamentos durante o período de 12 (dozes) meses, contados a partir da entrega dos mesmos.	Aplicação de multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do item inadimplido, até o limite até o limite de 30 (trinta) dias; multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do(s) item inadimplido no caso de inexecução total do objeto; e suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa conforme o item 7.4.2.2 deste TR.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.

5	Não entregar total ou parcialmente os bens previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
---	--	---

7.5. Do Pagamento

7.5.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

7.5.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.5.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.5.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.5.11.2 Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços

7.5.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

8 - ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 As pesquisas foram realizadas em conformidade com a IN nº 73/2020 SEGES/ME, o preços constantes na planilha orçamentária, foram estabelecidos através da aplicação dos parâmetros junto ao inciso I do art. 5º da IN nº 73, de 05 de agosto de 2020, utilizando a média de três preços encontrados no Painel de Preços. A metodologia utilizada foi a média dos valores obtidos na pesquisa, objetivando a maior proximidade possível dos valores registrados no mercado.

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário máximo	Valor total máximo
1	Tablet, tela: igual ou superior a 10 pol, memória ram: até 4 gb, armazenamento interno: 16 gb, armazenamento externo: até 32 gb, processador: quad core, câmera frontal: até 8 mpx, câmera traseira: até 8 mpx, conectividade: wifi , 3g , 4g , bluetooth, sistema operacional: open source ou proprietário.	816	Unidade	959,86	783.245,76
2	Notebook, tela: mínimo 14 pol, interatividade da tela: sem interatividade, memória ram: igual ou superior a 4 gb, núcleos por processador: até 4, armazenamento hdd: acima de 512Gb, armazenamento ssd: sem disco ssd, bateria: até 4 células, alimentação: bivolt automática, sistema operacional: proprietário, garantia : padrão do fornecedor (mínimo 1 ano).	50	Unidade	4.880,48	244.024,00
3	Teclado Bluetooth sem fio padrão	808	Unidade	245,34	198.234,72

9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-**FINANCEIRO**

9.1 A classificação orçamentária será no PTRES 171128, funcional programática 12.363.5012.2994.0014 , natureza de despesa 33.90.32, realizada pelo setor de planejamento e orçamento do campus, a qual constará nos autos do Processo Administrativo.

9.2 A referida classificação deverá atender ao que dispõe a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 (atualizada) Publicada no DOU no 87-E, de 07/05/2001) e Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, DOU de 17/09/2002, e alterações, a qual farpa parte deste processo licitatório.

10 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60(sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2 A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

11 - DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1 Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta de preço.

11.2 Dentro do prazo de vigência e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

12 - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

12.1 O regime da execução dos contratos é empreitada por preço unitário, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

12.2 De acordo com o Art. 4º do Decreto nº 5.450/2005, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão- Sistema de Registro de Preço, preferencialmente na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço.

12.3 Será utilizado o Sistema de Registro de Preço, com base no art. 3º, inciso III do Decreto nº 7.892/2013, quando:

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

12.2 Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.2.1 Considerando que o art. 7º do Decreto nº 8.184, de 17 de janeiro de 2014, estão com data de aplicação até o dia 31 de dezembro de 2016, ou seja, expirada. Portanto, a margem do direito de preferência e margem não se aplica para a presente aquisição.

12.3 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

12.3.1 A empresa licitante deverá apresentar 01 ou mais atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro de seu prazo de validade, atestando que forneceu bens semelhantes ao objeto desta licitação. O atestado deverá estar em papel timbrado, com nome, endereço do contratante, conter a identificação da assinatura e um telefone para contato com o declarante.

12.3.1.1 Os atestados deverão referir-se a fornecimento de equipamentos Tablets, notebooks e teclados entregues no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

12.3.1.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

12.3.1.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

13- DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1 A aquisição, que demandará do presente processo, autoriza a adesão à ata de registro de preço e justifica-se em função da necessidade dos equipamentos específicos para desempenho das atividades pelos órgãos como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus, à medida que os mesmos poderão propiciar desempenho de diversas atividades sejam de ensino, administrativos e outros.

13.2 Assim, deverão ser cumpridas as seguintes exigências para autorização, conforme Decreto nº 7.892, de 2013:

13.2.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

13.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.2.3 As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (CONFORME ALTERADO PELO DECRETO Nº 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018).

13.2.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem. (CONFORME ALTERADO PELO DECRETO Nº 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018).

13.2.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

13.2.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

13.2.7 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

14 - DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela **PORTARIA 156/2020 - DG/CBV/REITORIA/IFRR, de 21/7/2020**

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

<hr/> Integrante Requisitante <i>ANANIAS NORONHA FILHO</i> <i>Professor Ens. Básico Tecn. Tecnológico/Diretor de Ensino</i> Siape 1225323	<hr/> Integrante Técnico <i>NADSON RUTH COSTA</i> Técnico em Tecnologia da Informação Siape 2150330	<hr/> Integrante Administrativo <i>NOARA MILENE MEDEIROS LAMOUNIER</i> <i>Assistente em Administração</i> Siape 2147417
---	--	---

Autoridade Máxima da Área de TIC

TATIANE CRISTINA DE JESUS
Diretora de Planejamento e Administração do Campus Boa Vista
Matrícula/SIAPE: 1601380

Aprovo,

Autoridade Competente

JOSEANE DE SOUZA CORTEZ
Diretora Geral do campus Boa Vista
Portaria nº 916, de 14 de setembro de 2020,
publicada no DOU nº 177- Sessão 2, de 15/09/202

ANEXO I - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**Identificação**

Contrato:		Nº da OS / OFB:	
Objeto:			
Contratante:			
Contratada:			

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. de acordo com alínea "a" do inciso II do art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e art. 2º, XXI da IN nº 01, de 04 de abril de 2019, que os bens, relacionados na Ordem de Fornecimento de Bens. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objetos de avaliação quanto à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pela Contratante.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes bens ocorrerá em até ___ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

De Acordo

CONTRATANTE	CONTRATADA
Fiscal Técnico do Contrato	Preposto

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
<Qualificação>

_____, ____ de _____ de 20____.

ANEXO II - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**Identificação**

Contrato Número:		Nº da OS / OFB:	
Objeto:			
Gestor do Contrato:			
Fiscal Requisitante do Contrato:			

Por este instrumento, os servidores acima identificados atestam, para fins de cumprimento do disposto na alínea "b" do inciso I, e alínea "b" do inciso II do art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e art. 2º, XXII da IN nº 01, de 04 de abril de 2019 ; que o(s) bem(ns) integrantes da Ordem de Fornecimento de Bens acima identificada possui(em) qualidade compatível com a especificada no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato supracitado.

De Acordo

Gestor do Contrato	Fiscal Requisitante do Contrato
---------------------------	--

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
<Qualificação>

_____, _____ de _____ de 20____.

ANEXO III- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (COVID-19)

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., publicada no de/...../20....., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no termo de referência/projeto básico, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e suas alterações, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para, especificado(s) no(s) item(ns)..... do do Termo de Referência/Projeto Básico, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta registrada, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário
1				
2				
3				
...				

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....
2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes
---------	----------------------

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. *A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993, e no Decreto nº 7.892, de 2013.*
 1. *A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério da Economia.*
2. *Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.*
3. *As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a... (máximo cinquenta por cento para dispensa ou máximo de cem por cento para pregão) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.*
4. *As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao (máximo dobro para dispensa, ou máximo de quádruplo para pregão)..... do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.*
5. *Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.*
6. *Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.*
 1. *Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.*

5. VALIDADE DA ATA

1. A validade da Ata de Registro de Preços será de (máximo de 12 meses), a partir do(a)....., não podendo ultrapassar, no caso de prorrogações, o prazo total de 12 meses.
 1. A Ata de Registro de Preços será automaticamente cancelada caso advenha a causa de cessação de vigência da Lei nº 13.979/20 prevista no seu art. 8º.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 1. *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*
5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
1. por razão de interesse público; ou
 2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
 1. As sanções do item acima também se aplicam a eventuais integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.
2. É vedado efetuar alterações nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive as de que trata o art. 4º-I da Lei nº 13.979/20, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.
3. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.*
 1. *contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou*
 2. *contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances*
4. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º, do Decreto n. 7.892, de 2013.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

ANEXO IV - TERMO DE CONTRATO - COVID-19 (LEI 13.979/20)

COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A EMPRESA

incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) (órgão) contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					
2					
3					
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

- O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de ... dias, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Sr. Ministro de Estado da Saúde.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).
- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20..., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

- O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Projeto Básico/Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

- As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

- Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
 1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
 2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
 1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES E PERMISSÕES

1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
 1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
 2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 4º-I, da Lei n. 13.979/2020.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei n. 13.979/2020, na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a disponibilização desta contratação disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no [§ 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação, nos termos do art. 4º, §2º da Lei nº 13.979/20.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

1.1 Os equipamentos devem possuir garantia por um período mínimo de:

1.1.1. Tablets 12 (doze) meses contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A garantia deverá atender a todos os componentes físicos (*hardware*) e lógicos (*software*) que fazem parte do objeto deste Termo de Referência;

1.1.2. Notebook de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A garantia deverá atender a todos os componentes físicos (*hardware*) e lógicos (*software*) que fazem parte do objeto deste Termo de Referência;

1.1.3 Deverão estar cobertas pela garantia quaisquer atualizações de *firmware* e *software* disponibilizadas pelo fabricante.

1.2 A contratada deve possuir Central de Atendimento para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos, nos quais deverão constar as mesmas informações especificadas na abertura do chamado.

1.2.1 O período de disponibilidade para chamada de manutenção deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 07 (sete) dias da semana;

1.2.1.1 Findo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à abertura do chamado sem que a solução do problema seja solucionado a empresa contratada deverá providenciar o empréstimo de um equipamento em perfeito estado de funcionamento e com características técnicas idênticas ou superiores às do equipamento retirado;

1.3 O equipamento colocado em substituição ficará com o discente até a devolução do equipamento consertado, que não poderá ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias corridos.

1.4 A empresa contratada deverá enviar ao gestor do contrato, no IFRR, até o terceiro dia útil de cada mês, documento em que conste a identificação dos chamados, data e hora de início e término dos atendimentos, descrição dos serviços executados e indicação das peças ou componentes eventualmente substituídos no mês anterior;

1.5 Durante o prazo de garantia deverá ser substituída qualquer parte ou peça defeituosa, sem ônus para o IFRR;

1.6 No caso de troca de equipamento e/ou perda de configuração, a empresa contratada será responsável por prestar o auxílio necessário ao técnico ou analista do IFRR, independentemente de onde o equipamento estiver.

1.7 Todos os custos relativos ao deslocamento de técnicos, eventual transporte de componentes e equipamentos, dentre outros, correrão exclusivamente por conta da empresa contratada, independentemente do local do atendimento;

1.8 Os serviços de suporte e garantia poderão ser prestados diretamente pelo fabricante do equipamento fornecido, desde que atendam a todas as exigências especificadas nos itens anteriores.

1.9 Casos o suporte ou a garantia seja fornecido pelo próprio fabricante, à empresa contratada deverá fornecer todas as informações necessárias para abertura de chamados, como números telefônicos, nomes, e-mails e quaisquer outras informações relevantes.

1.10 A empresa contratada deverá substituir qualquer equipamento por outro novo e de primeiro uso sempre que forem abertos 03 (três) ou mais chamados com prioridade "0" para o mesmo equipamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

1.11 A substituição de que trata o item anterior será em caráter definitivo, devendo ser providenciada em até 15 (quinze) dias corridos após a empresa contratada ter sido notificada pelo IFRR.

1.12 O equipamento ofertado deverá pertencer à linha atual de produção do fabricante. Isso deve ser comprovado na entrega da proposta.

1.13 A garantia do equipamento deve incluir, sem custo adicional, durante o período da garantia:

a) Manutenção corretiva de hardware, com substituição de qualquer componente que apresente defeito por outro original do fabricante;

b) Orientação remota, por telefone, e-mail e páginas na internet, sobre operação do equipamento e suporte para configuração;

c) Serviços de manutenção "on-site", no município do IFRR, obrigatoriamente executados por Assistência Técnica e Suporte Autorizado pelo Fabricante, credenciada através de declaração do Fabricante e com técnicos treinados e certificados nos equipamentos ofertados;

1.14 Quando necessária, a substituição de quaisquer componentes deverá ser feita por componentes novos, sem uso anterior e sem custo adicional;

1.15 A substituição de peças em decorrência de qualquer defeito ou pane será sem ônus para o IFRR. As peças ou componentes consertadas ou substituídas ficarão automaticamente garantidas até o final da vigência do prazo de garantia da solução (equipamento);

1.16 A empresa contratada deverá efetuar serviços fora do horário comercial e em fins de semana, sempre em acordo com a administração da Contratante, quando em manutenção preventiva;

1.17 A empresa licitante deverá apresentar declaração emitida pelo fabricante do equipamento proposto, onde conste:

a) Que o licitante é revenda autorizada dos produtos de sua fabricação;

b) Que possui central telefônica “própria” para abertura de chamados técnicos e suporte, informando o número que deve ser utilizado e que estará disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano, no período da garantia.

c) Que o fabricante afirma formalmente o compromisso com a garantia do equipamento ofertado pelo licitante;

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Documento assinado eletronicamente por:

- Joseane de Souza Cortez, DIRETOR GERAL - CD2 - DG-CBV (CBV), em 03/11/2020 18:47:00.
- Ananias Noronha Filho, DIRETOR - CD3 - DIREN (CBV), em 03/11/2020 17:55:45.
- Nadson Ruth Costa, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 03/11/2020 17:33:46.
- Noara Milene Medeiros Lamounier, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 03/11/2020 17:26:51.
- Tatiane Cristina de Jesus, DIRETOR - CD3 - DAPLAN (CBV), em 03/11/2020 17:13:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/11/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 52524

Código de Autenticação: c8bdcd508a

